

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'T17', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A busca da felicidade é uma das principais fontes de infelicidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, considere o poema do escritor mato-grossense Manoel de Barros.

- [1] *O lugar onde a gente morava quase só tinha bicho solidão e árvores.
Meu avô namorava a solidão.
Ele era um florilégio de abandono.*
- [5] *De tudo que me restou sobre aquele avô foi esta imagem: ele deitado na rede com a sua namorada, mas se a gente o retirasse da rede por alguma necessidade, a solidão ficava destampada.
Oh, a solidão destampada!*
- [10] *Essa imagem da solidão que ficara dentro de mim por anos.
Ah, o pai! O pai vaquejava e vaquejava.
Ele tinha um olhar soberbo de ave.
E nos ensinava a liberdade.*
- [15] *A gente então saía vagabundeando pelos matos sem aba. Chegou que alcançamos a beira de um rio.
A manhã estava pousada na beira do rio desaberta moda um pássaro.
Nessa hora já o morro encostava no sol.*
- [20] *Logo adiante vimos um quati a lamber um osso de ema.
A tarde crescia por dentro do mato.
O lugar nos perdera de rumo.
A gente se sentia como um pedaço de formiga perdida na estrada.*
- [25] *Bernardo completava o abandono.*
- Logo encontramos uma criame de caracóis nas areias do rio.
Quase todos os caracóis eram viúvos de suas lesmas.
Contam que os urubus, finórios, desciam naquele lugar para degustar as lesmas vivas.
Se diz que este recanto teria sido um pedaço do Mar de Xaraiés.
Na beira da noite a gente estava sem rumo.
Bernardo apareceu e disse que vento é cavalo.*
- [30] *Então montamos na garupa do vento e logo chegamos em casa.
A mãe aflitíssima estava.
Ela cuidava de todos: lavava, passava e cozinhava para todos.*
- [35] *Porém à noite a mãe ainda encontrava uma horinha para o seu violino.
Ela tocava para nós Vivaldi.
E a gente ficava pendurado em lágrimas.
Um dia que outro contei para a Mãe que tinha visto um passarinho a mastigar um pedaço de vento. A Mãe disse outra vez: Já vem você com suas visões! Isso é travessura de sua imaginação.
É a voz de Deus que habita nas crianças, nos passarinhos e nos tontos.*
- [40] *A infância da palavra.*
- [45] *A infância da palavra.*

(Adaptado de: BARROS, Manoel de. **Menino do mato**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015)

1. No poema, o eu lírico revela-se, sobretudo,
- (A) nostálgico.
(B) satírico.
(C) dissimulado.
(D) rancoroso.
(E) arrogante.
2. Em inúmeros versos, o eu lírico manifesta-se explicitamente no poema, a exemplo do que se verifica no seguinte verso:
- (A) “Na beira da noite a gente estava sem rumo.” (verso 33)
(B) “Nessa hora já o morro encostava no sol.” (verso 19)
(C) “A tarde crescia por dentro do mato.” (verso 21)
(D) “Quase todos os caracóis eram viúvos de suas lesmas.” (verso 28)
(E) “Bernardo apareceu e disse que vento é cavalo.” (verso 34)
3. Depreende-se do poema que os caracóis eram viúvos de suas lesmas devido à ação
- (A) de Bernardo.
(B) do próprio eu lírico.
(C) dos passarinhos.
(D) dos urubus.
(E) das crianças.



4. O eu lírico recorre à figura de linguagem denominada metonímia em:
- (A) “O lugar onde a gente morava quase só tinha bicho” (verso 1)
 - (B) “Ela tocava para nós Vivaldi.” (verso 42)
 - (C) “A gente se sentia como um pedaço de formiga perdida” (verso 23)
 - (D) “Ah, o pai! O pai vaquejava e vaquejava.” (verso 12)
 - (E) “A mãe aflitíssima estava.” (verso 37)
-
5. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) “Nessa hora já o morro encostava no sol.” (verso 19)
 - (B) “ele deitado na rede com a sua namorada” (verso 6)
 - (C) “Ah, o pai! O pai vaquejava e vaquejava.” (verso 12)
 - (D) “Logo adiante vimos um quati a lambar um osso de ema.” (verso 20)
 - (E) “se a gente o retirasse da rede por alguma necessidade” (verso 7)
-
6. Considerando o contexto, expressa sentido de finalidade o termo sublinhado em:
- (A) “disse outra vez: Já vem você com suas visões!” (verso 46)
 - (B) “A tarde crescia por dentro do mato.” (verso 21)
 - (C) “Na beira da noite a gente estava sem rumo.” (verso 33)
 - (D) “Então montamos na garupa do vento e logo chegamos / em casa.” (versos 35 e 36)
 - (E) “Contam que os urubus, finórios, desciam naquele lugar / para degustar as lesmas vivas.” (versos 29 e 30)
-
7. Em “Porém à noite a mãe ainda encontrava uma horinha” (verso 40), o termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido original, por:
- (A) Porquanto.
 - (B) Conquanto.
 - (C) Contudo.
 - (D) Conforme.
 - (E) Portanto.
-
8. “Um dia que outro contei para a Mãe que tinha visto / um passarinho a mastigar um pedaço de vento.” (versos 44 e 45)
Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, a locução verbal sublinhada assume a seguinte forma:
- (A) viu
 - (B) vejo
 - (C) vê
 - (D) vi
 - (E) via
-
9. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado no seguinte verso:
- (A) “A manhã estava pousada na beira do rio” (verso 17)
 - (B) “O lugar onde a gente morava quase só tinha bicho” (verso 1)
 - (C) “se a gente o retirasse da rede por alguma necessidade,” (verso 7)
 - (D) “O lugar nos perdera de rumo.” (verso 22)
 - (E) “A mãe aflitíssima estava.” (verso 37)
-
10. Em “Logo adiante vimos um quati” (verso 20), a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:
- (A) “Logo encontramos uma criame de caracóis” (verso 26)
 - (B) “Quase todos os caracóis eram viúvos de suas lesmas” (verso 28)
 - (C) “os urubus, finórios, desciam naquele lugar” (verso 29)
 - (D) “Na beira da noite a gente estava sem rumo” (verso 33)
 - (E) “Então montamos na garupa do vento” (verso 35)

**Matemática e Raciocínio-Lógico**

11. Uma locadora de automóveis atenderá três clientes. Um deles alugará um carro da marca H, outro alugará um carro da marca F e o terceiro alugará um carro da marca V. A locadora sabe que as idades desses três clientes são 20, 40 e 60 anos e que cada um deles fará uma viagem a uma capital diferente na região sul do Brasil. Um deles irá para Porto Alegre, outro para Florianópolis e o terceiro para Curitiba. A locadora deseja identificar a marca do automóvel desejado e o destino de cada cliente com as seguintes informações que recebeu:
- O cliente que alugará um automóvel da marca H não vai para Florianópolis nem para Curitiba.
 - O cliente que alugará um automóvel da marca F tem menos de 30 anos.
 - Nem o cliente que alugará um automóvel da marca V, nem o outro cliente de 40 anos vão para Florianópolis.

A locadora de automóveis conclui, corretamente, que o cliente que alugará um automóvel da marca

- (A) H tem 40 anos e vai para Porto Alegre.
- (B) F tem 20 anos e vai para Curitiba.
- (C) V tem 20 anos e vai para Curitiba.
- (D) V tem 60 anos e vai para Florianópolis.
- (E) H tem 60 anos e vai para Curitiba.

12. Em uma escola onde 24 crianças praticam futebol ou voleibol, sabemos que 22 delas jogam futebol e 5 delas voleibol. O número de crianças, dentre as 24, que praticam futebol e voleibol é

- (A) 4
- (B) 0
- (C) 3
- (D) 1
- (E) 2

13. Em uma fábrica de produção de robôs, registrou-se o número total de robôs produzidos em 3 anos. No primeiro ano foram produzidos $\frac{2}{5}$ do total, no segundo ano foram produzidos $\frac{1}{3}$ do total e no terceiro ano foram produzidos 8 robôs. O número de robôs produzidos no primeiro ano foi

- (A) 8
- (B) 10
- (C) 12
- (D) 9
- (E) 6

14. Uma apresentação musical com duração de uma hora e meia foi transmitida ao vivo de Lisboa e começou às 21 horas, horário local. Se o horário de Lisboa está adiantado 4 horas em relação a São Paulo, a apresentação terminou, no horário de São Paulo, às

- (A) 00h30min
- (B) 2h30min
- (C) 14h30min
- (D) 19h30min
- (E) 18h30min

15. Alberto e Breno trabalham em empresas diferentes, mas com mesmo salário mensal. Para o salário do próximo mês, a empresa de Alberto prometeu um reajuste salarial de 20% acrescido de um abono de R\$ 500,00. Na empresa de Breno, o reajuste prometido para o próximo mês será de 30% acrescido de um abono de R\$ 925,00. Imediatamente após os reajustes, Breno ganhará R\$ 525,00 a mais do que Alberto. O salário de Alberto antes do reajuste era de

- (A) R\$ 2.000,00
- (B) R\$ 1.000,00
- (C) R\$ 1.500,00
- (D) R\$ 750,00
- (E) R\$ 2.500,00

**Legislação**

16. Consoante disposto na Lei nº 8.112/1990, a nomeação far-se-á em caráter

- (A) efetivo ou em comissão.
- (B) revogável ou irrevogável.
- (C) probatório ou estável.
- (D) relativo ou absoluto.
- (E) provisório ou permanente.

17. Considere os itens a seguir:

- I. assiduidade.
- II. disciplina.
- III. capacidade organizacional.
- IV. produtividade.
- V. trabalho em equipe.

Consoante disposto na Lei nº 8.112/1990, consta do rol de fatores objeto de avaliação durante o estágio probatório o constante APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, II, IV e V.

18. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região prevê que, em caráter excepcional e quando o justificado acúmulo de serviço o exigir, poderá ser convocado Juiz Titular de Vara do Trabalho para auxílio ao Tribunal ou aos Desembargadores. Essa mesma norma dita que o acúmulo de serviço será reconhecido sempre que a quantidade média de distribuição de feitos no Tribunal superar a capacidade média de julgamento de

- (A) cinquenta por cento mais um de seus membros e assim se conservar por doze meses.
- (B) dois quintos de seus membros e assim se conservar por seis meses.
- (C) cinquenta por cento mais um de seus membros e assim se conservar por seis meses.
- (D) todos os seus membros e assim se conservar por doze meses.
- (E) todos os seus membros e assim se conservar por seis meses.

19. Nos termos da Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, quando verificar que a petição inicial protocolada não atende aos requisitos legais, a Secretaria da Vara do Trabalho deverá

- (A) declará-la inepta.
- (B) encaminhar os autos à conclusão do Juiz do Trabalho.
- (C) abrir prazo para o peticionário emendá-la.
- (D) devolvê-la ao peticionário.
- (E) arquivar os autos.

20. Considere os seguintes itens:

- I. Assegurar que a ocupação dos principais cargos dar-se-á por pessoas íntegras, capacitadas, competentes e responsáveis.
- II. Zelar pela sustentabilidade da instituição e incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição das ações.
- III. Prestar contas de sua atuação funcional de forma voluntária, satisfazendo as partes interessadas quanto ao conteúdo e à qualidade das informações e assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.
- IV. Possibilitar acesso às informações relativas à Instituição, tanto internamente quanto nas relações com a sociedade.
- V. Fazer o que precisa ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível e posteriormente mensurar os resultados em prol do interesse público.

A Política de Governança no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região define tais itens, respectivamente, como princípios

- (A) do controle – da responsabilidade – do compromisso – da transparência – da efetividade.
- (B) da integridade – da liderança – da transparência – do controle – do compromisso.
- (C) da liderança – da integridade – da responsabilidade – do compromisso – do controle.
- (D) da liderança – da responsabilidade – do controle – da transparência – da efetividade.
- (E) da integridade – da liderança – do compromisso – da responsabilidade – da efetividade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Joel trabalha em uma empresa que possui duzentos e um empregados e ele gostaria de se candidatar à eleição para representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Joel
- (A) não poderá ser eleito representante dos empregados da empresa onde trabalha, pois essa eleição é assegurada nas empresas de mais de quinhentos empregados.
 - (B) poderá ser eleito representante dos empregados da empresa onde trabalha, pois essa eleição é assegurada nas empresas de mais de duzentos empregados.
 - (C) poderá ser eleito representante dos empregados da empresa onde trabalha, pois essa eleição é assegurada nas empresas de mais de cem empregados.
 - (D) poderá ser eleito representante dos empregados da empresa onde trabalha, pois essa eleição é assegurada em todas as empresas, independentemente do número de empregados.
 - (E) não poderá ser eleito representante dos empregados da empresa onde trabalha, pois essa eleição é assegurada nas empresas de mais de trezentos empregados.
-
22. Suponha que Adriano, hoje com 45 anos de idade, esteja sendo processado por crime de racismo cometido há vinte e dois anos. Considerando apenas as informações fornecidas, se condenado, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Adriano
- (A) se sujeitará à pena de reclusão, nos termos da lei, tendo em vista que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
 - (B) se sujeitará à pena de detenção, nos termos da lei, tendo em vista que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
 - (C) poderá efetuar o pagamento de fiança para aguardar o julgamento em liberdade.
 - (D) não será condenado, pois o crime de racismo prescreve em cinco anos.
 - (E) não será condenado, pois o crime de racismo prescreve em vinte anos.
-
23. Caetano é membro do Ministério Público Federal. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, é garantido a Caetano
- (A) exercer qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério.
 - (B) vitaliciedade, somente após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - (C) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão fundamentada do Procurador-Geral da República.
 - (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - (E) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por votação unânime de seus membros, assegurada ampla defesa.
-
24. Considerando apenas as informações fornecidas, em situação hipotética, admitida acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, pela prática de crime de responsabilidade, será ele submetido a julgamento perante o
- (A) Senado Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime, sendo que, decorrido o prazo de noventa dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (B) Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo, sendo que, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (C) Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo, sendo que, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime por essa Corte, sendo que, decorrido o prazo de noventa dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
 - (E) Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções se recebida a denúncia ou queixa-crime por essa Corte, sendo que, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento e o processo será arquivado.



25. De acordo com a Constituição Federal de 1988, considerando-se os princípios que regem o Estatuto da Magistratura nela inseridos, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, nos tribunais com número superior a
- (A) onze julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, provendo-se todas as vagas por antiguidade.
 - (B) onze julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de oito e o máximo de dez membros, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
 - (C) vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte membros, provendo-se todas as vagas por antiguidade.
 - (D) onze julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de sete e o máximo de vinte membros, provendo-se todas as vagas por eleição pelo tribunal pleno.
 - (E) vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.

26. Maria Amélia estava regando as flores no jardim de sua casa, às dez horas da noite, quando se sentiu mal e desmaiou. Eduardo, corretor de imóveis que havia saído para fazer uma caminhada, estava passando na frente da casa de Maria Amélia quando a viu cair. Imediatamente, Eduardo penetrou na casa de Maria Amélia para prestar-lhe socorro, sem o seu consentimento. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Eduardo
- (A) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador em nenhuma circunstância.
 - (B) agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
 - (C) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre, tratando-se de policial ou bombeiro.
 - (D) não agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo durante o dia, por determinação judicial.
 - (E) agiu corretamente, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, ou, em qualquer horário, por determinação judicial.

27. Considere:

- I. Rodrigo é Governador de Estado.
- II. Adolfo é Procurador-Geral da República.
- III. Marcos é Prefeito.

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta, perante o Supremo Tribunal Federal, por

- (A) Rodrigo, Adolfo e Marcos.
- (B) Rodrigo e Adolfo, apenas.
- (C) Rodrigo e Marcos, apenas.
- (D) Adolfo e Marcos, apenas.
- (E) Adolfo, apenas.

28. Com relação à Administração Pública, considere:

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II. A associação sindical é vedada ao servidor público civil.
- III. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- IV. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e IV.

**Noções de Direito Administrativo**

29. A respeito das modalidades de extinção dos atos administrativos, a
- (A) anulação deve ocorrer quando há algum vício no ato, relativo à legalidade e constitui sempre um controle de legalidade, nunca um controle de mérito.
 - (B) cassação ocorre quando uma nova legislação impede a permanência da situação anteriormente consentida pelo poder público.
 - (C) revogação é a retirada do mundo jurídico de um ato inválido, por determinação do Poder Judiciário.
 - (D) caducidade é a extinção do ato administrativo quando o seu beneficiário deixa de cumprir os requisitos que deveria permanecer atendendo, como exigência para a manutenção do ato e de seus efeitos.
 - (E) renúncia se configura quando um ato, emitido com fundamento em determinada competência, extingue outro ato, anterior, editado com base em competência diversa, vindo a se extinguir porque os efeitos daquele são opostos aos deste.
-
30. No processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999),
- (A) somente pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
 - (B) é direito dos administrados fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, salvo quando facultativa a representação, por força de lei ou decreto.
 - (C) são capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
 - (D) em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, desde que com a prévia manifestação do interessado.
 - (E) o desatendimento, pelo interessado, de ciência da decisão ou a efetivação de diligências importará no reconhecimento da verdade dos fatos e a renúncia ao direito.
-
31. Fiscais da prefeitura de um determinado município, após receberem uma série de denúncias de que um estabelecimento comercial, situado no centro daquela localidade, promovia *shows* de música ao vivo, com o uso de caixas de som, amplificadores, microfones, instrumentos e aparelhos musicais, sem tratamento acústico eficiente para conter os ruídos, incomodando, assim, a vizinhança, constataram, em diligência ao local, após medição realizada, que os ruídos emitidos estavam, de fato, muito acima dos níveis máximos permitidos pela legislação vigente. Diante de tal constatação, os fiscais autuaram o estabelecimento, aplicando uma multa decorrente do descumprimento da legislação e advertiram os responsáveis pelo local que, em caso de reincidência, o estabelecimento poderia ser interdito. Diante dessa situação hipotética, os fiscais agiram amparados pelo poder
- (A) disciplinar.
 - (B) discricionário.
 - (C) normativo.
 - (D) hierárquico.
 - (E) de polícia.
-
32. Tendo em vista os princípios e regras que regem a organização administrativa da Administração Pública,
- (A) fundação pública é pessoa jurídica de direito privado, integrantes da Administração direta, instituídas pelo Poder Público, mediante autorização de lei específica, sob qualquer forma jurídica e com capital exclusivamente público, para a exploração de atividades econômicas ou para a prestação de serviços públicos.
 - (B) as empresas públicas devem adotar, obrigatoriamente, a forma jurídica de Sociedade Anônima.
 - (C) considera-se agência reguladora a autarquia ou fundação pública assim qualificada por ato do chefe do Executivo que celebra, com o órgão da Administração Pública direta ao qual se acha vinculada, um contrato de gestão.
 - (D) sociedade de economia mista é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com patrimônio próprio e capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
 - (E) consórcio público é a pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, criada na forma da lei, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.
-
33. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990, acerca da posse e do exercício em cargo público,
- (A) será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo de 15 dias contados da publicação do ato.
 - (B) a posse em cargo público poderá dar-se mediante procuração específica.
 - (C) é de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
 - (D) a promoção interrompe o tempo de exercício, que passa a ser contado do novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.
 - (E) a posse em cargo público, em virtude de decorrer da aprovação em concurso público, independerá de prévia inspeção médica oficial.



34. O princípio pelo qual a Administração Pública direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração indireta, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais, é conhecido pela doutrina como princípio da
- (A) tutela.
 - (B) eficiência.
 - (C) hierarquia.
 - (D) autotutela.
 - (E) continuidade do serviço público.
-
35. De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação, considera-se
- (A) integralidade a qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
 - (B) disponibilidade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
 - (C) autenticidade a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - (D) tratamento da informação o conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.
 - (E) primariedade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
-
36. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), é correto afirmar:
- (A) Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao Tribunal de Contas competente contra irregularidades na aplicação da referida lei.
 - (B) Tendo em vista a indisponibilidade do interesse público, nas contratações regidas por essa lei, é vedada a utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.
 - (C) Somente as partes interessadas são legitimadas para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da referida lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 5 dias úteis antes da data de abertura do certame.
 - (D) Do ato da Administração que, nos termos da lei, defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, caberá recurso, no prazo de 5 dias úteis contados da data da intimação, com efeito meramente devolutivo.
 - (E) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, cuja aplicação impedirá que a Administração a converta em compensatória ou, ainda, que promova a extinção unilateral do contrato.
-

Noções de Administração Pública

37. Considere que determinada organização integrante da Administração pública tenha implementado avaliação de desempenho de seus servidores e, ao final, tenha constatado a ocorrência do conhecido "efeito halo." Isso significa que
- (A) a avaliação deve ser descartada, eis que comprometida pelo viés do avaliador em relação à performance de parcela dos avaliados que fazem parte de seu círculo pessoal mais próximo.
 - (B) o processo avaliatório mostrou-se satisfatório, eis que o referido efeito permite identificar, em cada amostra de avaliações, uma distribuição equilibrada de resultados ótimo, bom e regular.
 - (C) o resultado da avaliação está contaminado por vício de generalização, decorrente do nivelamento feito pelo avaliador, para cima ou para baixo, tomando por base algum aspecto específico do desempenho dos avaliados.
 - (D) há um indicativo de falha na avaliação, eis que a presença de tal efeito traduz-se em um percentual desproporcional de colaboradores avaliados acima da média ou superando as expectativas iniciais.
 - (E) existe evidência de distorção na avaliação, apresentando-se grande parcela de colaboradores avaliados em nível mediano, o que revela pouco comprometimento do avaliador ou receio de se indispor com os avaliados.
-
38. No que concerne às classificações correntes na doutrina sobre tipos de decisão e processo decisório, tem-se que:
- (A) As decisões classificadas como democráticas são aquelas onde ocorre um processo prévio de eliminação de dissidências, com a obtenção de consenso entre todos os envolvidos, diferindo, assim, daquelas onde prevalece a decisão da maioria.
 - (B) Quando o processo de tomada de decisão não segue um curso regular de ação estabelecido para solução de problemas semelhantes, verifica-se uma falha do processo decisório que redundará na denominada decisão "não programada".
 - (C) As decisões consultivas resultam do processo no qual os integrantes da organização não participam ativamente, sendo baseadas em apoio externo que vincula decisão tomada ao final pelo líder.
 - (D) As denominadas decisões intuitivas normalmente se revelam equivocadas e somente devem ser adotadas como alternativa ao método racional após percorrido todo o processo de elaboração de hipóteses para o problema em questão.
 - (E) A adoção de uma decisão pelo modelo consensual pressupõe algum processo de coleta de posições que visam eliminar as dissidências.
-



39. Os estudos apresentados por Rensis Likert, na década de 1960, formularam uma abordagem sobre liderança que veio a se tornar clássica, apresentando
- (A) a classificação dos tipos de liderança conforme o grau de autonomia outorgado aos membros da equipe, com dois estilos básicos de líder: centrado na tarefa e centrado no resultado.
 - (B) a importância do carisma do líder e desprezando modelos que enfatizavam a importância da participação da equipe.
 - (C) um sistema de liderança com tipos baseados no estilo de autoridade do líder, que pode ser coercitivo, benevolente, consultivo ou participativo.
 - (D) a modulação do estilo de liderança conforme o perfil de maturidade dos liderados, sempre com maior ênfase no papel indutor do líder e menor peso na participação dos liderados.
 - (E) a classificação dos estilos de liderança conforme maior ou menor componente racional envolvido na atuação do líder, classificado como diretivo ou intuitivo.
-
40. De acordo com a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, desenvolvida por Abraham Maslow, a satisfação das aspirações humanas de realização pessoal, profissional e reconhecimento
- (A) constitui fatores que inibem a insatisfação e que variam de acordo com aspectos ligados ao ambiente organizacional, sendo assim posicionadas no quadrante de fatores higiênicos da matriz apresentada pelo autor.
 - (B) representa aspectos intrínsecos da natureza humana, ligados a fatores personalíssimos, que não devem ser considerados como fatores motivacionais no âmbito das relações de trabalho.
 - (C) possui relevância distinta para cada indivíduo de acordo com o tipo de tarefa executada, razão pela qual não possui uma posição determinada na escala proposta pelo autor.
 - (D) situa-se no topo da pirâmide que o autor propõe para hierarquizar os fatores motivacionais, em cuja base estão as necessidades fisiológicas, ligadas à sobrevivência do indivíduo.
 - (E) possui diferentes graus de relevância conforme se tratem de posições mais ou menos elevadas na pirâmide da hierarquia de cada organização, não figurando como fator motivacional para as posições já integrantes do topo da pirâmide de Maslow.
-
41. A metodologia de gestão de projetos *Program Evaluation and Review Technique* (PERT) preconiza
- (A) o cálculo do tempo de duração de um projeto a partir da média ponderada de estimativas de tempo para realização das atividades (otimista, pessimista e provável).
 - (B) o conceito de caminho crítico, que elege marcos do projeto para monitoramento, os quais não podem sofrer atrasos sob pena de comprometimento do cronograma.
 - (C) o mapeamento dos pontos críticos na concepção de um projeto e propõe aprimoramentos com foco na qualidade e não no tempo de execução.
 - (D) uma ponderação de probabilidade de sucesso de um projeto, a partir do mapeamento de iniciativas similares em outras organizações.
 - (E) a atuação em ações preventivas, centradas no diagnóstico e prevenção de falhas repetitivas que comprometem a execução dos projetos.
-
42. O conceito de cadeia escalar no âmbito das organizações formais modernas, apresentado pela Escola Clássica, que teve como um de seus expoentes Henri Fayol,
- (A) apresenta-se como base da departamentalização funcional, segmentando as cadeias de comando da organização como forma de evitar a excessiva centralização.
 - (B) quebrou o paradigma vigente, que predicava uma unidade absoluta de comando, introduzindo a estrutura matricial.
 - (C) constitui precursor do modelo gerencial, na medida em que introduziu os centros de resultado como unidades de gestão autônoma.
 - (D) contrapôs-se ao dogma de unidade de direção, superando o modelo verticalizado por uma estrutura de departamentalização de acordo com a especialização das áreas.
 - (E) sustenta a existência de uma linha de autoridade contínua, partindo do topo da hierarquia até os postos que executam o comando.
-
43. Considere que, como etapa inicial de seu planejamento estratégico, determinada organização pretenda identificar a sua missão e a sua visão, o que significa conhecer:
- I. A razão de ser da organização, expressando o que faz e porque existe.
 - II. Como a organização deseja ser reconhecida no futuro.
 - III. As forças e fraquezas da organização.
 - IV. Os desafios e oportunidades presentes no cenário externo.
- Está correto que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e III.



44. A avaliação de desempenho dos colaboradores de uma entidade pública ou privada utilizando a metodologia comparação binária ou de pares significa, em uma de suas abordagens mais comuns, cotejar
- (A) o desempenho individual de cada avaliado e a contribuição para o grupo, traçando a média dos resultados.
 - (B) os pontos positivos e os negativos de cada empregado, efetuando a ponderação entre eles.
 - (C) dois a dois empregados de cada vez, permitindo o registro daquele que é considerado melhor quanto ao desempenho.
 - (D) cada avaliado com o seu *benchmarking* no mercado, identificado a partir das competências requeridas para o cargo.
 - (E) o momento inicial e o atual na trajetória de cada avaliado, identificando os aspectos que ainda necessitam de aprimoramento.

Noções de Direito do Trabalho

45. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho a respeito da Jornada de Trabalho, o tempo gasto pelo empregado da sua residência até o posto de trabalho, e vice-versa,
- (A) desde que não seja em condução fornecida pelo empregador, é considerado tempo à disposição do mesmo.
 - (B) tratando-se de local de difícil acesso, é considerado tempo à disposição do empregador, apenas na hipótese de a condução ser fornecida pelo empregador.
 - (C) desde que ultrapasse duas horas diárias, e não seja em condução fornecida pelo empregador, é considerado tempo à disposição do empregador.
 - (D) ainda que em condução fornecida pelo empregador, não é considerado tempo à disposição do mesmo.
 - (E) desde que ultrapasse quatro horas diárias, e não seja em condução fornecida pelo empregador, é considerado tempo à disposição do empregador.

46. Arquimedes e a Transportadora de Carga Gira Mundo Ltda. pretendem extinguir o vínculo empregatício mediante acordo. O contrato de trabalho tem menos de 1 ano, sendo o último salário de Arquimedes de R\$ 1.500,00, havendo na conta do FGTS o saldo de R\$ 800,00. Com base no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, o aviso prévio indenizado na hipótese deverá ser de **I**, a indenização sobre o saldo do FGTS de **II**, bem como o direito ao saque de **III** da conta do FGTS.

As lacunas **I**, **II** e **III**, devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) R\$ 750,00 – R\$ 160,00 – R\$ 640,00
 - (B) R\$ 1.200,00 – R\$ 200,00 – R\$ 800,00
 - (C) R\$ 750,00 – R\$ 200,00 – R\$ 640,00
 - (D) R\$ 1.500,00 – R\$ 160,00 – R\$ 400,00
 - (E) R\$ 1.200,00 – R\$ 320,00 – R\$ 800,00
47. Zeus trabalhou no Banco Seu Din Din de 01/01/2021 até 31/08/2021, tendo cumprido aviso prévio até 31/08/2021. No ano de 2021, o banco pagou a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) o valor de R\$ 1.200,00, sendo que por força de cláusula de convenção coletiva a referida verba só seria devida para os empregados que estivessem com contrato ativo na data do pagamento em 20/12/2021. Com base em jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, referida cláusula normativa é
- (A) lícita, devendo Zeus receber apenas R\$ 600,00 de PLR na hipótese de reclamar algum valor junto à empresa.
 - (B) ilícita, devendo Zeus receber ao menos R\$ 800,00 de PLR na hipótese de reclamar algum valor junto à empresa.
 - (C) lícita, não devendo Zeus receber qualquer valor na hipótese de reclamar junto à empresa.
 - (D) ilícita, devendo Zeus receber a totalidade de PLR na hipótese de reclamar algum valor junto à empresa, por ter saído quando já havia completado mais de 6 meses no ano.
 - (E) ilícita, devendo Zeus receber pelo menos R\$ 600,00 de PLR na hipótese de reclamar algum valor junto à empresa.

48. Considere a seguinte situação hipotética: Mercúrio é garçom no restaurante Camarão no Bafo e passará a receber a partir do próximo mês adicional de periculosidade, em virtude de ter sido instalado um gerador a óleo diesel no fundo do restaurante. Sabe-se que Mercúrio recebe salário de R\$ 2.000,00, acrescido de gratificação de desempenho de R\$ 500,00 e prêmio mensal de R\$ 200,00, sendo o salário mínimo vigente de R\$ 1.250,00. Com base na legislação consolidada, o adicional de periculosidade de Mercúrio deverá ser de

- (A) R\$ 375,00
- (B) R\$ 500,00
- (C) R\$ 810,00
- (D) R\$ 750,00
- (E) R\$ 600,00



49. Perseu é analista financeiro na seguradora Risco Zero S/A e há 11 anos exerce a gerência de sinistros para a América Latina, recebendo gratificação de função pelo exercício dessa função de confiança. A empresa pretende, por questões de estratégia, reverter Perseu ao cargo anteriormente ocupado. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, referida alteração contratual será
- (A) legal, independente da concordância de Perseu, por estar dentro do *jus variandi* do empregador; todavia, por ter ocupado por mais de 10 anos o cargo de confiança, o trabalhador fará jus à manutenção da gratificação de função que, por esse lapso de tempo, já teria se incorporado ao seu patrimônio jurídico.
 - (B) lícita, desde que haja a concordância de Perseu; entretanto, por ter ocupado por mais de 10 anos o cargo de confiança, o trabalhador fará jus à manutenção de 50% da gratificação de função.
 - (C) lícita, independente da concordância de Perseu, por estar dentro do *jus variandi* do empregador; todavia, por ter ocupado por mais de 5 anos o cargo de confiança, o trabalhador fará jus à manutenção da gratificação de função que, por esse lapso de tempo, já teria se incorporado ao seu patrimônio jurídico.
 - (D) legal, independente da concordância de Perseu, por estar dentro do *jus variandi* do empregador, não havendo qualquer direito adquirido à manutenção da gratificação de função.
 - (E) ilegal, tendo em vista ter decorrido mais de 5 anos do exercício do cargo de confiança, sendo que, nessa hipótese, apenas com a concordância do empregado poderá ocorrer a reversão, com a manutenção de pelo menos 70% da gratificação de função.
-
50. Visando contenção de despesas e redução de custos fixos de manutenção de escritório, a operadora de saúde Cuida Bem SC Ltda. pretende adotar o regime de teletrabalho para seus funcionários do departamento financeiro. Nessa situação, com base no que disciplina a Consolidação das Leis do Trabalho, referida alteração contratual será legal
- (A) desde que haja mútuo acordo com cada empregado, registrado em aditivo contratual, devendo observar o prazo de 15 dias para implantação, com os custos advindos por essa alteração suportados pelo empregador.
 - (B) desde que haja mútuo acordo com cada empregado, registrado em aditivo contratual, devendo observar o prazo de 30 dias para implantação, com os custos advindos por essa alteração suportados pelo empregador.
 - (C) independente da concordância dos empregados, pelo poder diretivo do empregador, devendo observar o prazo de 15 dias para implantação, com os custos advindos por essa alteração suportados pelo empregador.
 - (D) com a prévia anuência de cada empregado, registrado em aditivo contratual, devendo observar o prazo de 30 dias para implantação, sendo que a responsabilidade sobre os custos decorrentes dessa alteração deverá ser regulada em contrato.
 - (E) independente da anuência dos empregados, pelo poder diretivo do empregador, sendo que a responsabilidade sobre os custos decorrentes dessa alteração deverá ser regulada em contrato.
-
51. Aristóteles, empregado regido pela CLT, presta serviços no Consultório Dentário Tiradentes, trabalhando de segunda a sexta-feira das 9h00min às 18h00min, usufruindo de apenas 30 minutos diários de intervalo neste mês, por estar cobrindo as férias de Vênus. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, Aristóteles deverá receber nesse mês
- (A) uma hora extra diária pela ausência do intervalo legal, acrescida de 50%, com reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (B) 30 minutos extras diários pela violação do intervalo legal, acrescida de 50%, de forma indenizatória.
 - (C) uma hora extra diária pela ausência do intervalo legal, acrescida de 50%, de forma indenizatória.
 - (D) 30 minutos extras diários pela violação do intervalo legal, acrescida de 50%, com reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (E) uma hora extra diária pela ausência do intervalo legal, sem acréscimo de 50%, com reflexos nas demais verbas contratuais.
-
52. O Sindicato dos Empregados do Transporte Coletivo de Passárgada pretende celebrar com o respectivo sindicato patronal uma nova Convenção Coletiva, em virtude de problemas financeiros enfrentados pelas empresas do setor. No esboço do novo instrumento normativo estão:
- I. Redução do 13º salário em 20%.
 - II. Equiparação da remuneração do trabalho noturno e diurno.
 - III. Percentual de depósitos de FGTS para 6% dos salários mensais.
 - IV. Intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
 - V. Enquadramento do grau de insalubridade.

De acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, são lícitas as cláusulas constantes APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) II e IV.
- (C) IV e V.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e III.

**Noções de Direito Processual do Trabalho**

53. Afrodite é advogada e está atuando em causa própria em reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora a Fábrica de Cadeados Tranca Rua Ltda. Considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, na situação descrita, em caso de procedência da ação,
- (A) não serão devidos honorários advocatícios sucumbenciais, eis que os mesmos só seriam devidos em virtude de assistência jurídica do sindicato de classe.
 - (B) são indevidos honorários advocatícios sucumbenciais quando o causídico atua em causa própria.
 - (C) seriam devidos honorários advocatícios sucumbenciais até o limite máximo de 15% do proveito econômico da ação, mesmo no caso de atuação do advogado em causa própria.
 - (D) caberiam honorários advocatícios sucumbenciais até o limite máximo de 20% do proveito econômico da ação, mesmo no caso de atuação do advogado em causa própria.
 - (E) poderiam ser deferidos honorários advocatícios sucumbenciais até o limite máximo de 30% do proveito econômico da ação, percentual máximo no caso de contratação de advogado particular.
-
54. Tornada líquida a sentença trabalhista transitada em julgado, que condenou a empresa Verdes Mares Turismo Marítimo Ltda. a pagar o valor lá expresso a Epaminondas, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, o juiz do trabalho
- (A) deverá abrir às partes prazo comum de 8 dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (B) deverá abrir às partes prazo de 8 dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, iniciando-se pelo autor.
 - (C) deverá abrir às partes prazo comum de 10 dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (D) poderá abrir às partes prazo de 5 dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão, iniciando-se pela executada.
 - (E) poderá abrir às partes prazo comum de 8 dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
-
55. Considere:
- I. Fundação Pública Estadual que não explora atividade econômica.
 - II. Autarquia Federal que explora atividade econômica.
 - III. Entidade Federal de Fiscalização do exercício de determinada profissão.
 - IV. Ministério Público do Trabalho atuando como autor de processo.
 - V. Sociedade de Economia Mista Municipal, criada por lei do município.
- Conforme ordenamento jurídico processual trabalhista, está isento do pagamento de custas processuais o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, III e V.
 - (D) I e IV.
 - (E) I e V.
-
56. Péricles ingressou com reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, a Casa de Saúde Doutores de Excelência, perante o Juízo de Rondonópolis-MT, onde reside e local onde assinou o contrato de trabalho, tendo prestado serviços na cidade de Cuiabá-MT. Citada a Casa de Saúde, a mesma, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá arguir exceção de incompetência territorial
- (A) como matéria preliminar de contestação, no prazo de até 5 dias antes da audiência designada.
 - (B) no prazo de 5 dias contados da sua citação, em peça apartada à contestação onde sinalize a existência da exceção.
 - (C) juntamente com a contestação em audiência, em peça apartada, sendo que o juiz nessa hipótese suspenderá a sessão.
 - (D) no prazo de 10 dias contados da sua citação, em peça apartada à contestação onde sinalize a existência da exceção.
 - (E) como matéria preliminar de contestação, no prazo de até 10 dias antes da audiência designada.



57. Considere:

- I. Praxedes é empregador doméstico.
- II. Sol Nascente Ltda. é uma empresa do ramo de energia em recuperação judicial.
- III. Primo Basílio é uma entidade filantrópica.
- IV. Descanso Eterno é uma entidade sem fins lucrativos.
- V. LTX é um microempreendedor individual.

Conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, pode substituir o depósito recursal legalmente exigível, por seguro garantia judicial, o que consta em

- (A) II, IV e V, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III e V, apenas.

58. A Livraria Pingos Nos Is contratou um escritório de advocacia a fim de analisar diversas reclamações trabalhistas que foram ajuizadas por ex-empregados, após seu fechamento, em 2018, a fim de saber se já seria possível ou não arguir prescrição intercorrente para por fim às execuções. Nessa situação, abstraindo-se o fato de ter havido a pandemia de Covid-19 e a suspensão de prazos processuais, referido escritório de advocacia poderá, na defesa da Livraria, sustentar a ocorrência de prescrição intercorrente nas ações cujos exequentes mantiveram-se inertes pelo prazo de

- (A) 2 anos a partir do trânsito em julgado da sentença.
- (B) 180 dias a partir do trânsito em julgado da sentença.
- (C) 2 anos após ter deixado de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- (D) 1 ano após ter deixado de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- (E) 2 anos após decisão homologatória dos cálculos da execução.

59. Conforme orienta a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, na execução de sentença trabalhista por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos

- (A) no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta.
- (B) em qualquer hipótese no juízo deprecante, eis que é o competente para os atos decisórios da execução.
- (C) em qualquer hipótese no juízo deprecado, eis que é o competente para os atos decisórios referentes à constrição do bem.
- (D) tanto no juízo deprecante como no deprecado, sendo faculdade do exequente a escolha, eis que ambos os juízos possuem competência funcional.
- (E) em qualquer hipótese no juízo deprecante, eis que a execução obedece ao princípio da territorialidade, vinculada ao trânsito em julgado da sentença da fase de conhecimento.

60. O Juízo do Trabalho de determinada Vara Trabalhista proferiu sentença e determinou sua publicação em Diário Oficial no dia 11 de janeiro de 2022. Conforme o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o prazo para recurso contra referida sentença começará a fluir

- (A) de imediato, eis que o recesso da Justiça do Trabalho encerrou-se em 06/01/2022.
- (B) no primeiro dia útil subsequente após 19/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 19/01/2022 os prazos processuais encontravam-se suspensos.
- (C) no primeiro dia útil subsequente após 19/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 19/01/2022 os prazos processuais encontravam-se interrompidos.
- (D) no primeiro dia útil subsequente após 20/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 20/01/2022 (inclusive) os prazos processuais encontravam-se interrompidos.
- (E) no primeiro dia útil subsequente após 20/01/2022, eis que de 20/12/2021 a 20/01/2022 os prazos processuais encontravam-se suspensos.